

Luzinete da Silva Mussi
(organizadora)

Vivências docentes

**Coletânea
de trabalhos em
Educação**



Vivências docentes

Organizadora:

Luzinete da Silva Mussi

Autores:

Ana Pedrosa Ferreira da Cruz

Cristina Viotto Januário

Daniela Camila Cursine da Fonseca Almeida

Dayane Miranda Romeira

Diana Silva de Mello

Elenice Vanda da Silva Santana

Joana Sousa Vilela

Joelma Carla Marques Coelho de Oliveira

Joelma Ribeiro Lobo dos Santos

Luciana Balbino da Silva

Lúcio Mussi Júnior

Luzinete da Silva Mussi

Malvina Santos da Soledade

Maria Josefina Coelho Rodrigues

Marinês da Silva Vargas

Marta Regina de Almeida Ferreira

Rosenil Moreira Magalhães

Ruth Ribeiro da Silva Guilherme

Solange Bernardo Brito dos Santos

Vanessa de Lima Santos



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: ALMEIDA, Daniela Camila Cursine da Fonseca; CRUZ, Ana Pedrosa Ferreira da; FERREIRA, Marta Regina de Almeida; GUILHERME, Ruth Ribeiro da Silva; JANUÁRIO, Cristina Viotto; MAGALHÃES, Rosenil Moreira; MELLO, Diana Silva de; MUSSI, Lúcio Júnior; MUSSI, Luzinete da Silva; OLIVEIRA, Joelma Carla Marques Coelho de; RODRIGUES, Maria Josefina Coelho; ROMEIRA, Dayane Miranda; SANTANA, Elenice Vanda da Silva; SANTOS, Joelma Ribeiro Lobo dos; SANTOS, Solange Bernardo Brito dos; SANTOS, Vanessa de Lima; SILVA, Luciana Balbino da; SOLEDADE, Malvina Santos da; VARGAS, Marinês da Silva; VILELA, Joana Sousa.

Vivências docentes. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2022.

51 p.

ISBN 978-65-87333-19-9

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais:
isciweb.com.br/livros



– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica
Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior



Sumário

CAPÍTULO I - A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZADO E FACILITADOR NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM (Daniela Camila Cursine da Fonseca Almeida; Joelma Carla Marques Coelho de Oliveira; Maria Josefina Coelho Rodrigues; Rosenil Moreira Magalhães; Vanessa de Lima Santos).....	7
CAPÍTULO II: A RECUPERAÇÃO DAS BRINCADEIRAS ANTIGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Joana Sousa Vilela; Joelma Ribeiro Lobo dos Santos; Malvina Santos da Soledade).....	15
CAPÍTULO III - LEITURA, ESCRITA, FALA E REGIONALISMO NO AMBIENTE EDUCACIONAL (Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior).....	22
CAPÍTULO IV - O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (Ana Pedrosa Ferreira da Cruz; Elenice Vanda da Silva Santana; Luciana Balbino da Silva; Marta Regina de Almeida Ferreira; Ruth Ribeiro da Silva Guilherme).....	29
CAPÍTULO V - UMA LEITURA DAS TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA APÓS A LEI 9394/96 (Cristina Viotto Januário; Dayane Miranda Romeira; Diana Silva de Mello; Solange Bernardo Brito dos Santos; Marinês da Silva Vargas).....	38

CAPÍTULO I - A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZADO E FACILITADOR NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM (DANIELA CAMILA CURSINE DA FONSECA ALMEIDA; JOELMA CARLA MARQUES COELHO DE OLIVEIRA; MARIA JOSEFINA COELHO RODRIGUES; ROSENIL MOREIRA MAGALHÃES; VANESSA DE LIMA SANTOS)

A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZADO E FACILITADOR NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

Daniela Camila Cursine da Fonseca Almeida

Joelma Carla Marques Coelho de Oliveira

Maria Josefina Coelho Rodrigues

Rosenil Moreira Magalhães

Vanessa de Lima Santos

RESUMO

Este artigo visa analisar que tipo de contribuição o trabalho com a música oferece ao processo de desenvolvimento, pois a música pode ser um vínculo do aprendizado na educação escolar, principalmente na educação infantil. A música, no contexto atual da Educação infantil muitas vezes é trabalhada apenas como um recurso em que auxilia o trabalho cotidiano, sendo utilizada como forma de criar hábitos de higiene, comportamentos morais, agradecimento nos momentos das refeições e diversão. O objetivo deste estudo é apresentar aos educadores da Educação Infantil a música e a musicalização como elementos contribuintes para o desenvolvimento da inteligência e a integração do ser, proporcionando às crianças experiências musicais, reconhecendo a música como linguagem expressiva e forma de conhecimento, desenvolvimento e compreensão do mundo no âmbito da educação infantil e os inúmeros benefícios que a música promove.

Palavras-chave: Música. Musicalização. Conhecimento. Desenvolvimento.

APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta o papel que a música desempenha dentro das instituições de educação, sabendo-se que se considera a música como elemento essencial para a formação da criança, pois representa uma fonte de estímulos, equilíbrio e felicidade, por seu poder criador e libertador. É um poderoso recurso educativo que deve ser utilizado na escola e nas creches, por saber que o ensino da música abre possibilidades para construção de conhecimento como qualquer área de ensino dentro da escola e pode funcionar como recurso pedagógico, desde que ouvir música, aprender uma canção,

brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de propiciar a vivência de elementos estruturais dessa linguagem. A música deve induzir ações, comportamentos motores e gestuais como os ritmos marcados caminhando, batidos com as mãos e até mesmo falados. Necessita ser repensada à luz de novos paradigmas educacionais e musicais por ser a linguagem musical uma área de conhecimento em construção.

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, RCNEI, (1998), encontramos que:

O trabalho com música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social. (BRASIL, 1998 p. 47)

Diante disso, podemos afirmar que o trabalho com música na educação infantil estimula a memória e a inteligência, auxilia a criança a aprender, preparando a para o desenvolvimento e aprendizagem de suas habilidades que irão contribuir para a sua formação educacional nas séries seguintes. Diante desse contexto a música na Educação Infantil é uma excelente metodologia para a prática pedagógica, promovendo muitas oportunidades educativas, como, o desenvolvimento corporal e cognitivo, estímulo ao convívio social, a harmonia, a criatividade, a imaginação, a percepção, a intuição, entre outros sentimentos e sensações, que auxiliam a formação da criança.

Sendo assim a problemática em questão é apontar quais os benefícios da música no processo de ensino-aprendizagem de crianças na Educação Infantil? Observando-se a importância da música no processo de ensino-aprendizagem é possível envolvê-la em atividades que levem a criança a perceber o ensinamento proposto. Entre os benefícios ofertados pela música está o uso da imaginação, criatividade e a percepção; a oportunidade de socialização; o desenvolvimento corporal e a compreensão do conhecimento transmitido pela música.

A MÚSICA

Diante do contexto atual pode-se dizer que a História da música é muito antiga, visto que desde os primórdios os homens produziam diversas formas de sonoridade. Lembre-se, portanto, que a música é um tipo de arte que trabalha com a harmonia entre os sons, o ritmo, a melodia, a voz. Todos esses elementos são importantes e podem nos transportar para outro tempo e espaço, resgatar memórias e reacender emoções. Essa linguagem artística caminhou durante os séculos até os nossos dias para adquirir as características que possui hoje no Ocidente.

Portanto a humanidade possui uma relação longa com a música, sendo essa umas das formas de manifestação cultural mais antigas. Ainda na pré-história, há mais de 50 mil anos, os seres humanos começaram a desenvolver ações sonoras baseadas na observação dos fenômenos da natureza. Os ruídos das ondas quebrando na praia, os trovões, a comunicação entre os animais, o barulho do vento balançando as árvores, as batidas do coração; tudo isso influenciou as pessoas a também explorarem os sons que seus próprios corpos produziam. Como, por exemplo, os sons das palmas, dos pés batendo no chão, da própria voz, entre outros.

Sabe-se que a música é uma manifestação artística e cultural de um povo, em determinada época ou região. A música é um veículo usado para expressar os sentimentos. A música evoluiu através dos séculos, resultando numa grande variedade de gêneros musicais, entre eles, a música sacra ou religiosa, a erudita ou clássica, a popular e a tradicional ou folclórica. Cada um dos gêneros musicais possuem uma série de subgêneros e estilos.

A MÚSICA COMO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM

Foi então que surgiu a necessidade de questionar: como fazer para conseguir potencializar o ensino através da música? Como gerir tudo isso? Como fazer com que os alunos tenham resultados satisfatórios com o ensino através da musicalidade? Como fazer com que os professores se mantenham

vibrantes em sua atuação docente? Como conscientizar a família de que a criança aprende através do lúdico?

Entretanto através de inúmeras pesquisas pode-se dizer que a música é reconhecida por muitos pesquisadores como uma espécie de modalidade que desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, em especial em questões reflexivas voltadas para o pensamento filosófico.

De acordo com o repertório musical presente em nosso dia a dia, pode-se dizer que: “A música faz parte de uma educação e no Brasil foi aprovada a Lei 11.769/2008, que traz a obrigatoriedade da música na escola, que tanto contribui para convívio social e a aprendizagem das crianças”.

Diante desse contexto a musicalização abraça aspectos importantes com propósitos educacionais, e é um apetrecho que assessora o educador a cumprir bem o seu papel, visto que educar exige doses de emoção, alegria, compromisso, além de trazer experiências que enriquecem a relação entre professor e alunos.

Nesse sentido a música tem um importante papel na educação, não apenas como estética, mas também como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem e como instrumento que tem um grande poder de tornar a escola um ambiente mais receptivo e alegre que façam com que os alunos desejem estar neste ambiente e dediquem-se ainda mais as suas atividades, pois estarão envolvidos emocionalmente com todo o espaço, tanto físico quanto emocional da escola.

Assim o ensino da educação artística ainda é considerado um conhecimento supérfluo, muitas vezes vista como suporte para outras matérias. A banalização da música no contexto escolar encontra-se presente devido ao uso da mesma apenas como recreação, ignorando sua importância para o desenvolvimento e riquezas culturais e sociais que a música proporciona para os indivíduos.

O RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) afirma que a música é: uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral. (BRASIL, 1998, p. 45)

Contudo é de amplo conhecimento que a vivência musical dentro da Escola possibilita o trabalho das emoções, o desenvolvimento da sensibilidade, a percepção auditiva, a sociabilidade, entre tantas outras coisas. Por meio da Educação Musical há a possibilidade de se proporcionar aos educandos a vivência com outros contextos socioculturais. Destaca-se ainda a oportunidade de ampliação da bagagem cultural com o aprendizado de músicas em outras línguas.

Desta forma, estamos certos que a presente proposta servirá para desenvolver a autoestima, valorizar os dons apresentados para a musicalização e contribuirá fortemente para melhoria da disciplina de nossas crianças e adolescentes. Pelos resultados de outros trabalhos em diferentes cidades e estados, sabe-se que a prática da Música torna os alunos mais disciplinados, concentrados, motivados e responsáveis em sala de aula e, também, fora da Escola.

CONCLUSÃO

Concluimos que na educação infantil, a música atende a vários objetivos e por isso precisa servir de instrumento didático, por ser uma área de conhecimento e de extrema importância para o desenvolvimento das crianças e que pode ser um recurso facilitador no desenvolvimento, pois contribui de forma significativa para a ampliação da linguagem, da expressão corporal e do vocabulário.

Ficou evidente através desta pesquisa que as diversas áreas do conhecimento podem ser estimuladas e trabalhadas com a música, pois ela facilita a comunicação da criança consigo mesma e com o meio em que vive, e também traz contribuição nas disciplinas curriculares. Sendo necessário que os educadores se sensibilizem para despertar a conscientização de que a música pode favorecer o crescimento potencial das crianças, por seu caráter lúdico e de livre expressão, que não apontam pressões, nem cobranças de resultados, contribuindo para o envolvimento da criança, despertando noções de respeito e

consideração pelo outro e assim tendo mais espaço para aprender outras áreas, porque a música fala diretamente ao corpo, à mente e às emoções, para ajudar o educando a se reconhecer e se orientar melhor no mundo.

Cabe ao educador conhecer as possibilidades desse trabalho e potencializá-lo em favor das crianças, compreendendo a música como linguagem e utilizá-la de maneira adequada, ter nela um importante aliado para o desenvolvimento da criança. Portanto na Educação Infantil a música é fundamental, através dela conseguimos descontrair as crianças, fazê-las interagir uma com as outras, acalmar nos momentos críticos, enfim, ela é um dos eixos principais de nosso trabalho, que está proposto pelos Referenciais Curriculares Nacionais para educação Infantil. Ressaltando que ainda serão necessárias muitas outras descobertas nessa área para podermos ampliar cada vez mais nesse campo de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. Referencial curricular para educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998, (site: Portal do MEC).

HUMMES, Julia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. Revista da ABEM, Porto Alegre, V.11, 17-25, set. 2004.

BEYER, Esther S.W. A abordagem cognitiva em música: uma crítica ao ensino da música, a partir da teoria de Piaget. Rio Grande do Sul, Dissertação (Mestrado em Educação).

FERES, Josette S. M. Bebê , Música e movimento. São Paulo: Ricordi, 1998.

GORDON, E. Teoria de Aprendizagem Musical para Recém-Nascidos e Crianças em Idade Pré-Escolar. Serviço de Educação da Fundação CalousteGulbenkian.2000. O desenvolvimento paralelo da mente humana e das artes musicais

ILARI, Beatriz. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical Revista da ABEM. Porto Alegre. V. 9. 7-16, set. 2003. _____ . Bebês também entendem de

música: a percepção e a cognição musical no primeiro ano de vida. Revista da ABEM. Porto Alegre, n. 7, p. 83-90, setembro. 2002.

**CAPÍTULO II: A RECUPERAÇÃO DAS BRINCADEIRAS ANTIGAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL (JOANA SOUSA VILELA; JOELMA RIBEIRO
LOBO DOS SANTOS; MALVINA SANTOS DA SOLEDADE)**

A RECUPERAÇÃO DAS BRINCADEIRAS ANTIGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joana Sousa Vilela

Joelma Ribeiro Lobo dos Santos

Malvina Santos da Soledade

RESUMO:

A intenção desse artigo é discutir a necessidade de resgatar as brincadeiras antigas, buscando a reflexão sobre as brincadeiras antigas, que fazem parte do universo infantil, e que agora em sua maioria estão sendo substituídas por jogos eletrônicos. Para a realização deste artigo, fiz pesquisa a partir de fontes bibliográficas e digitais. O foco é de teor qualitativo, com a finalidade de adotar aspectos ligados ao desenvolvimento intelectual, emocional, social e físico das crianças, aumentado por meio da utilização das brincadeiras populares no contexto escolar. Percebe-se que o papel do profissional em educação é de fundamental importância para a transmissão e aplicação de recursos lúdicos. A professora precisa ter noção dos benefícios de trabalhar o lúdico, para se adaptar a algumas situações de ensino aprendizagem, utilizando conforme as necessidades das crianças. Assim, como pesquisadora de sua respectiva prática, deve buscar ações educativas dinâmicas e efetivas.

Palavras-chave: Brincadeiras. Educação infantil. Resgate.

INTRODUÇÃO

É notório que as brincadeiras sempre estiveram presentes em nosso cotidiano e por meio dela alcançamos vários objetivos como a absorção da cultura de forma geral, desenvolvimento de diferentes manifestações expressivas.

Iremos verificar a seriedade do uso e trabalho com as brincadeiras na escola, brincadeiras tradicionais e ou antigas como amarelinha, corre cutia, telefone sem fio, pega pega, entre outras. Cabe aos professores encontrar maneiras para resgatar e fazer uso dessas brincadeiras clássicas e compreender a importância no desenvolvimento e crescimento das crianças.

Esse artigo vem tratar da necessidade do resgate das brincadeiras antigas no ambiente escolar. Sabemos que dificuldades existem com uso das brincadeiras diante do fato que estamos na era da tecnologia. O maior desafio

é encontrar recursos em sala de aula e fora dela para chamar atenção das crianças para as brincadeiras em grupo ou individuais e isso é uma função do professor como estudioso, avaliador e pesquisador.

Visto que, as novas tecnologias tornam as brincadeiras populares não atrativas e com isso vêm perdendo espaço no processo de ensino-aprendizagem. Sabemos que muitos professores realizam e trabalham apenas com as novas e modernas brincadeiras, esquecendo as demais as quais produzem muitos benefícios a vida do aluno.

As unidades escolares precisam ser entendidas como espaço de interlocução de saberes que se constituem a partir das relações sociais, assim cabe aos educadores o uso das brincadeiras populares e o desenvolvimento de princípios e formação de valores que fortalecem a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa.

O objetivo principal desse artigo é fazer com que os educadores reflitam sobre a importância do brincar no desenvolvimento da criança, verificar meios de trabalhar conteúdos por meio do brincar e analisar aspectos que podem ser desenvolvidos através das brincadeiras populares.

AS BRINCADEIRAS

A brincadeira é muito importante para o desenvolvimento infantil, mas é preciso que escola e professores entendam que vai além do brincar. As brincadeiras ajudam no desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. É com as brincadeiras que as crianças constroem sua identidade, socializam, trabalham coordenação e criam noção espacial e se situam no mundo.

Sabemos que as tecnologias avançaram bastante nos últimos anos e com isso a criança quase não brinca mais como na década passada. Isso tem influência direta com os jogos eletrônicos que cada dia mais vêm substituindo as brincadeiras tanto nas escolas quanto nas casas das crianças, acarretando infinidades de prejuízos para a formação e o desenvolvimento da criança. Os jogos eletrônicos trazem facilidades e são atrativos.

A um tempo atrás as crianças brincavam em espaços públicos, nas ruas sozinhas ou em pequenos grupos. Hoje em dia com as transformações das cidades, aumento populacional e com as jornadas de trabalho do pais essas saídas diárias estão desaparecendo.

A atividade lúdica teve um grande aumento nas escolas infantis, o que é muito importante na formação da criança, pois colabora no seu desenvolvimento, controlam a raiva, ajuda na realização de desejos, o trato social, o desenvolvimento da afetividade entre os companheiros, a vivência de sentimentos diferentes, entre outros aspectos.

O ambiente escolar é perfeito para o resgate e a redescoberta do brincar, pois, é brincando que a criança descobre o mundo, socializa, desenvolve a ludicidade, a criatividade, trabalha a comunicação e desenvolve sua coordenação motora. E é através do brincar que a criança experimenta novas situações do dia a dia de forma e com acompanhamento do professor.

O brincar amplia o desenvolvimento social, emocional, cognitivo, a coordenação motora ampla, o relacionamento com pares, a autonomia, a fala e o aprendizado.

SOCIABILIDADE DA CRIANÇA POR MEIO DO BRINCAR

A ludicidade faz com que as crianças conheçam diversas situações, que os ajudaram a construir normas para si e para os outros, deste modo. As brincadeiras são fontes de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, linguístico, motor, psicológico, social e afetivo das crianças.

Brincar é incontestavelmente uma maneira de conhecer, descobrir, instruir-se, desenvolver, experimentar, relacionar, capacitar-se e transformar-se.

O brincar é uma das atividades mais importantes da educação infantil. A brincadeira deve ser vista como uma atividade social infantil. Brincar é um direito fundamental garantido a todas as crianças do mundo.

A escola toca ofertar chances para a construção do conhecimento através das probabilidades de descoberta e invenção que a brincadeira oferece. Ao professor é dever proporcionar brincadeiras para ambientar e

adaptar as crianças, fazendo uso da rotina escolar para que socializem e se conheçam.

UTILIZAÇÃO DA BRINCADEIRA COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor deve pensar e levar em consideração que o brincar é uma atividade do dia a dia das crianças.

Contudo, a utilização do brincar hoje nas escolas está distante de uma proposta pedagógica que incorpore o lúdico como eixo do trabalho infantil. São raras as unidades educacionais que investem neste aprendizado com foco, a maioria não dá a devida importância a brincadeira: em sala de aula ou ela é utilizada exclusivamente com um papel didático, ou é considerada como distração/perda de tempo.

Pode-se dizer que o brincar precisa ocupar um lugar contínuo na prática pedagógica, tendo como espaço, a sala de aula. Muitas são as atividades que se pode trabalhar em sala ou fora dela com as crianças, como contar e ouvir histórias, jogar, desenhar entre outras coisas, são todos meios de aprendizagem.

Mas, o emprego das atividades lúdicas na unidade educacional exige a compreensão e o domínio das atividades aplicadas, a fim de que o educador possa interferir no desenvolvimento da criança fazendo uso de brincadeiras, uma vez que a educação exerce uma grande influência neste desenvolvimento, pois garante os primeiros contatos dela com o mundo externo e com a diversidade social que a circunda, como afirmamos anteriormente.

Portanto, as relações de ensino-aprendizagem devem garantir, por meio da utilização dos jogos e das brincadeiras, o pleno desenvolvimento da criança. É importante que as atividades sejam escolhidas conforme a idade da criança, e que sejam oferecidos os recursos necessários para que a atividade seja ofertada da melhor maneira possível. Afinal, é função da escola propiciar o desenvolvimento de ações físicas e intelectuais, disponibilizando o acesso às mais diversas formas de construção do pensamento.

É necessário que toda ação lúdica tenha um embasamento pedagógico, precisamos tratar a liberdade de escolha, pois é importante para a criança que precisa aprender muitas coisas por si mesmo, pois é assim que constroem sua autonomia e independência.

O professor tem a função de mediar as atividades dadas, com a finalidade de que as atividades sejam significativas. E o professor também tem a função de planejar de maneira adequada para que a criança trabalhe todas as suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o professor tem um papel fundamental para a transmissão e aplicação dos recursos lúdicos. O professor ao se conscientizar e se adequar dos benefícios do trabalho lúdico, começara a fazer uso com maior frequência diante das possibilidades que surgirem.

O brincar precisa ocupar um lugar contínuo na prática pedagógica, tendo como espaço, a sala ou o pátio. Muitas são as atividades a ser trabalhadas, como contar e ouvir histórias, jogar, desenhar entre outras coisas e todos são meios de aprendizagem.

Vale ressaltar que as atividades sejam escolhidas conforme a idade da criança, e que sejam oferecidos os recursos necessários para que a atividade seja ofertada da melhor maneira possível. Afinal, é função da escola propiciar o desenvolvimento de ações físicas e intelectuais, disponibilizando o acesso às mais diversas formas de construção do pensamento.

Os professores devem ter noção de que devem trabalhar para despertar na criança o senso de propriedade, responsabilidade, os sentimentos sociais, afetivos, cognitivos e psicomotores, ajudando-os em seu desenvolvimento.

O professor tem a função de mediar as atividades dadas, com a finalidade de que as atividades sejam significativas. E o professor também tem a função de planejar de maneira adequada para que a criança trabalhe todas as suas potencialidades.

É importante que o professor tenha conhecimento das vivências e experiências de brincadeiras antigas para que ele consiga propor as crianças atividades que colabore em seu desenvolvimento.

O brincar é uma das atividades mais importantes da educação infantil e a brincadeira deve ser vista como uma atividade social infantil. Brincar é um direito fundamental garantido a todas as crianças do mundo.

A escola deve ofertar chances para a construção do conhecimento através das probabilidades de descoberta e invenção que a brincadeira oferece. Ao professor é dever proporcionar brincadeiras para ambientar e adaptar as crianças, fazendo uso da rotina escolar para que socializem, se conheçam e se desenvolvam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Heliana e FROESELER, Maria das Graças Varzea Grande. O Livro dos Jogos e das Brincadeiras. Belo Horizonte: Leitura, 1997.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar: Crescer e aprender o resgate do jogo infantil. São Paulo, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida Froebel e a concepção de jogo infantil. In: _____ . (org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

_____. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1997. MOURA, Selma Assis. O resgate de brinquedos tradicionais da infância. São Paulo, 2008.

**CAPÍTULO III - LEITURA, ESCRITA, FALA E REGIONALISMO NO
AMBIENTE EDUCACIONAL (LUZINETE DA SILVA MUSSI; LÚCIO
MUSSI JÚNIOR)**

LEITURA, ESCRITA, FALA E REGIONALISMO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Luzinete da Silva Mussi¹

Lúcio Mussi Júnior²

Através da leitura é possível ter acesso a uma ampla gama de informações em todas as áreas do conhecimento. Por meio dela o leitor pode tomar conhecimento de fatos, opiniões e teorias que ignorava, além de se deparar com novos pontos de vista a cerca do que lhe era familiar.

Deste modo, incentivar a leitura, sobre tudo de indivíduos em idade escolar, é uma forma de enriquecer culturalmente o indivíduo e conseqüentemente a sociedade. Uma criança que é estimulada a adquirir o hábito da leitura, certamente será um adulto com uma visão de mundo mais ampla e uma bagagem mais sólida de conhecimentos que sempre serão úteis em suas tomadas de decisões.

Neste sentido, Silva e Mendes (s.d.) acrescentam que:

... cultura é uma expressão da construção humana. A cultura é construída através do diálogo entre as pessoas no dia a dia. Nessa interação social é construído gradativamente símbolos e significados que tem sentido a essas pessoas, e são compartilhados entre elas. A construção de uma cultura está repleta de elementos e significados que vão identificar esse povo como pertencente a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-os de outras comunidades, surge assim, a identidade cultural. (SILVA; MENDES, s.d., p.1)

A diversidade cultural mostra-se como um fator a ser valorizado, lembrando que a leitura também é um veículo para se conhecer outras culturas. Neste cenário, mostra-se fundamental conhecer outras culturas, bem como saber respeitá-las.

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas e Coordenadora do Polo Sinop do Grupo PROMINAS (instituição que oferece cursos de Pós-graduação, Graduação e Complementação Pedagógica). Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. prof.luzinetemussi@gmail.com

² mjuniobr@gmail.com

Assim, ao conhecermos culturas diferentes, temos contato com novas formas de ver o mundo e de levar a vida em todas as esferas. Tal fato é capaz de nos enriquecer como seres humanos.

Contudo, o Colégio Arnaldo (2021) destaca diversos fatores constituintes da cultura de um povo:

Existem muitos elementos que fazem parte da representação de um povo, como: religião, idioma, costumes, folclore, manifestações culturais, entre outros. Com isso, as pessoas que pertencem a um determinado grupo conseguem se identificar com essas características comuns e, a partir disso, construir as suas próprias identidades. (COLÉGIO ARNALDO, 2021, p.1)

Ao se abordar as questões culturais através da análise da língua falada, os níveis de linguagem abordam estudos sobre as variedades linguísticas do português. Observa-se que do ponto de vista da gramática tradicional, há apenas a variedade padrão (norma culta) em oposição a popular.

A primeira corresponde à variedade que segue as regras da gramática normativa, enquanto a segunda seria o desvio ou oposição a tais regras. No entanto, é fundamental observar e considerar a pluralidade linguística como consequência de variações de região, faixa etária, sexo ou outra característica do grupo. Seguindo essa variação da linguagem, o texto também varia trazendo características que o tornam formal, informal, jornalístico, publicitário, didático, entre outros.

Entende-se, portanto, que os textos trazem características estruturais de acordo com os propósitos para os quais foram compostos. Estas características marcam os gêneros textuais. Alguns gêneros adotam a linguagem culta, outros podem requerer linguagem técnica ou mesmo linguagem popular.

Na formação do docente a relação entre teoria e prática ocupa um dos papéis mais importantes. A teoria traz a base que alicerça a docência, ao passo que apenas a prática pode trazer ao licenciando a maturidade necessária para estar, sozinho e por sua responsabilidade, à frente de uma sala de aula.

Abordando a contextualização na escrita é possível perceber que muitos textos se tornam temporais justamente por este fator. O perfeito entendimento de um texto, na maioria das vezes, só é possível a partir de uma gama de

conhecimentos anteriores sobre o assunto abordado. Uma crônica sobre política é um bom exemplo disso. Caso o leitor não conheça o momento político em que foi escrita a crônica não será capaz de entender o texto.

Quanto à sociedade e o indivíduo, essa relação pode ser mostrada de maneira cíclica. Quando um novo indivíduo, uma criança, está se desenvolvendo, ele encontra uma sociedade pronta. Essa sociedade já possui suas culturas, normas e costumes e a educação desse novo indivíduo se dá de acordo com tudo isso. Por outro lado, a sociedade é composta de indivíduos, sendo justamente estes que moldam a sociedade.

Assim, entende-se também que:

Entender que existem formas distintas de pensar, sentir, viver e agir é importante para conhecer a própria história e assumir uma postura respeitosa diante do outro. Isso precisa ser estimulado desde a infância, para que as crianças cresçam empáticas e sem preconceitos, o que contribui para garantir o seu pleno desenvolvimento. (COLÉGIO ARNALDO, 2021, p.1)

Os estudos linguísticos em uma esfera científica buscam analisar uma série de fatores relativos a evolução da língua e conseqüentemente da sociedade e do falante, podendo abordar ainda fatores de influências culturais e linguísticas.

Neste sentido, destaca-se que:

É importante ressaltar que no contexto da comunicação também há outras formas de aprendizagem da cultura. O ensino escolar é apenas uma parte onde ocorre a aprendizagem cultural do aluno. A escola tem uma contribuição bem específica nessa aprendizagem, pois é na escola que o aluno vivência diariamente a diversidade cultural, no contato com professores, colegas e outros. Por ser um assunto tão complexo a forma de aprendizagem se faz de maneira formal e informal. Quando o aluno vem para o ambiente escolar já traz consigo informações, vivências e experiências culturais.. (SILVA; MENDES, s.d., p.1)

Contudo, percebe-se ainda que o significado atribuído aos vocábulos em uma língua podem sofrer variações ao longo do tempo ou mesmo de acordo com a região, classe social ou grupo do falante. A semântica busca uma análise da relação entre o que o falante queria dizer e o que o ouvinte entendeu com o enunciado utilizado.

Seguindo tal raciocínio, percebe-se que a linguística se preocupa com as variantes linguísticas não como um desvio da norma culta, mas como

características regionais, de faixa etária ou grupos sociais. Torna-se importante notar que estas variantes sempre cumprem o papel fundamental da língua – transmitir informações. Deste modo, linguisticamente, não se aponta como um erro, sendo encarada e estudada como uma variante.

Oliveira (2017) destaca que:

Em relação a tal problematização, pode-se, ressaltar através de estudos aprofundados sobre o tema, que há uma necessidade muito grande da parte da escola, dos educadores e funcionários em geral, em contemplar as diferenças culturais de forma ética, inclusiva e comprometida com a realidade sociocultural dos alunos. Contudo, os discentes precisam ser valorizados, pois ao chegar à escola, os mesmos já trazem conhecimentos, crenças, tradições culturais, e valores fundamentais para viver em sociedade. (OLIVEIRA, 2017, p.1)

Já a sintaxe busca a organização de ideias e opiniões segundo as regras que norteiam o idioma. Assim, coloca cada palavra em seu lugar buscando clareza nos enunciados. Baseado na gramática sintagmática tem-se os chamados sintagmas – conjunto de elementos constituídos de uma unidade significativa e organizados em torno de um elemento significativo, o núcleo. A natureza do sintagma depende exclusivamente do seu núcleo. Deste modo, o sintagma verbal tem como núcleo um verbo, ao passo que o sintagma nominal tem um nome como núcleo.

Com relação à sintaxe, acrescenta-se que:

... a sintaxe é o estudo da maneira como as palavras se combinam em estruturas chamadas frases. A sintaxe é responsável, juntamente com a morfologia e o léxico, por parte fundamental da organização das frases. A sintaxe trata dos mecanismos gramaticais que estruturam internamente o período a partir das palavras. (UFMS, s.d., p.6)

Contudo, é preciso traçar um paralelo junto aos estudantes de forma a respeitar o regionalismo também na maneira de falar e se expressar e, ao mesmo tempo, trabalhar a norma culta da Língua Portuguesa. Deste modo, é preciso deixar claro para o aluno que, ainda que ele fale e escreva de acordo com as especificidades de sua região em ocasiões informais, existem as ocasiões formais que exigem o cumprimento das normas ortográficas, gramaticais e sintagmáticas da língua.

Neste sentido, destaca-se que:

Ao encontrarmos pessoas de regiões diferentes do Brasil, não raro nos deparamos com expressões linguísticas diferentes. Na fala de interioranos de São Paulo, por exemplo, o r é retroflexo, como em porta, celular; já na região Nordeste temos o uso das vogais 'o' e 'e' abertas, como em Rónaldo, semente. (ASSUNÇÃO, s.d., p.1)

Destaca-se assim, a necessidade e a importância de se respeitar às culturas e costumes regionais, entretanto, é preciso destacar que regionalismo na fala não deve ser confundido com erro de português e, neste sentido, nem o regionalismo pode ser considerado erro e nem o erro pode ser aceito como se fosse regionalismo, principalmente no ambiente escolar, onde a proposta central é levar a educação formal aos indivíduos.

REFERÊNCIAS:

- ASSUNÇÃO, Ana Lúcia. Variação linguística, uma realidade de nossa língua. Monografias Brasileiras. S.d. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/variacao-linguistica-uma-realidade-nossa-lingua.htm>. Acesso: abr. 2022.
- COLÉGIO ARNALDO. Por que a diversidade cultural é essencial para o desenvolvimento da criança? 2021. Disponível em: <https://blog.colegioarnaldo.com.br/diversidade-cultural/>. Acesso: abr. 2022.
- EDITORA ABRIL. Vanguardas Europeias – resumo, dicas e questão comentada. Guia do Estudante Abril. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vanguardas-europeias-resumo-dicas-e-questao-comentada/>. Acesso: abr. 2022.
- OLIVEIRA, Rosane Machado de. Diversidade Cultural: a importância das diversas culturas no ensino-aprendizagem, no desenvolvimento da cidadania e na preservação de valores éticos e morais. Núcleo do Conhecimento. 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/diversidade-cultural>. Acesso: abr. 2022.
- SILVA, Susie Barreto da; MENDES, Rosicléia Lopes Rodrigues. Brasil Escola. S.d. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/artes/a-importancia-das-raizes-culturais-para-identidade-.htm>. Acesso: abr. 2022.
- UFSM. Sintaxe do Português. Universidade Federal de Santa Catarina. S.d. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16412/Curso_Let-

Portug-Lit_Sintaxe-Portugues.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: abr. 2022.

VIEIRA, Eduardo de Almeida. Entender outras culturas e repetir seus hábitos e costumes são as armas contra o etnocentrismo. Brasil Escola. S.d. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/entender-outras-culturas-respeitar-seus-habitos-costumes-sao.htm>. Acesso: abr. 2022.

**CAPÍTULO IV - O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (ANA PEDROSA
FERREIRA DA CRUZ; ELENICE VANDA DA SILVA SANTANA;
LUCIANA BALBINO DA SILVA; MARTA REGINA DE ALMEIDA
FERREIRA; RUTH RIBEIRO DA SILVA GUILHERME)**

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Pedrosa Ferreira da Cruz

Elenice Vanda da Silva Santana

Luciana Balbino da Silva

Marta Regina de Almeida Ferreira

Ruth Ribeiro da Silva Guilherme

RESUMO

O presente artigo apresenta um sucinto histórico da educação especial ao longo dos tempos. Começa expondo as diversas concepções e as mudanças que ocorreram até a atualidade culminando com a transição da educação interativa para a inclusiva e a diferença do foco de concentração entre uma modalidade e outra.

Palavras-chave: Educação especial. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

Introdução

A educação das crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação das classes populares, o da educação rural, o das crianças de rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que, em todos os grupos que menciono, existe uma especificidade que os diferencia, mas também há um fator comum, que os faz semelhantes: trata-se daqueles grupos que, com certa displicência, são classificados como minorias; minoria que, na verdade, sofrem exclusões parecidas desde o processo educativo.

Carlos Skliar

Ao refletir sobre a fala de Carlos Skliar, entendemos que o problema da educação especial não é diferente da educação das outras classes marginalizadas da sociedade. Exigir educação que atenda as especificidades de cada grupo tem se tornado uma constante. Ao recorrer pela literatura

referente à educação desde os tempos passados até os dias atuais nota-se que as sociedades apresentam muita dificuldade em lidar com as diferenças de todas as formas entre as pessoas, inclusive de aceitar as com deficiências.

Aspecto histórico da educação especial

No percurso histórico da educação especial, percebemos que ocorreram uns momentos cruciais de uma cultura segregacionista até a substituição para uma cultura mais integradora culminando com o contexto vivenciado na atualidade, ou seja, o da escola inclusiva.

O processo histórico da educação especial nos mostra como esse foi sendo modificado no decorrer do tempo conforme mudança da concepção. A primeira concepção consolidava com o processo de extermínio, no qual as pessoas que apresentavam certas deficiências não tinham o direito de viver sendo banida da sociedade pela morte encomendada. Para as famílias ter um filho deficiente era visto como castigo divino para expiação dos pecados de seus ancestrais. Estes eram concebidos como criaturas possuídas por demônios.

Consta que na Grécia antiga, os portadores de deficiências eram sacrificados ou ficavam escondidos, isolados da sociedade visto que a perfeição do corpo era cultuada. A rejeição aos deficientes era tanta que quando uma criança nascia e apresentava alguma deficiência, esta era submetida a um “conselho” na qual se tomava decisão se a criança deveria viver ou morrer. Neste período, acreditava-se que as causas da deformação era consequência de forças naturais de origem demoníaca.

Na Roma antiga, o destino das crianças que nasciam com alguma deformação ou deficiência era o abandono em pequenos cestos a margem do rio.

Já na idade Média, com o advento do cristianismo iniciaram-se mudança significativa na organização político-administrativa, surgindo o clero no cenário religioso-político. A crença no sobrenatural fora intensificada, porém com uma concepção cristã, ou seja, as pessoas com qualquer tipo de deficiência eram

consideradas portadoras de alma, portanto também era filho de Deus. Tal concepção propiciou o surgimento de “uma luz no fim do túnel” para estas criaturas, ou, pelo menos, destino menos cruel, visto que trouxe valores éticos á sociedade, como o dever de amar o próximo independente de suas deficiências. A partir desta concepção cristã os deficientes, por caridade, passaram a ser acolhidos em instituições religiosas, onde eram tratados como doentes e incapazes. O atendimento aos portadores de deficiência, termo até então utilizado, nas instituições religiosas foi denominado como fase do assistencialismo no que se refere à história da educação especial. Nesta fase os deficientes eram poupados da morte forçada e passou a ficar abandonados a própria sorte dependendo da caridade humana.

A partir do século XVII, as pesquisas na área da medicina, começam a descobrir que certas deficiências consideradas como forças do sobrenatural, eram resultados de lesões e disfunções no organismo. Segundo Pessoti (1984), apud. Locatelli, a ciência passa a questionar dogmas religiosos e a elaborar estudos sistemáticos na área da medicina com a finalidade de desmistificar e a explicar o comportamento dos deficientes. Inicia um novo período de segregação aos deficientes. Embora este período representasse um marco no que se refere ao atendimento básico de saúde aos deficientes, estes eram mandados para asilos, hospitais onde ficavam ausentes do seio familiar com objetivos de aliviar a sobrecarga das famílias. Embora, naquela época a sociedade justificava que o objetivo das instituições fosse proteger os deficientes, tudo levava a crer que na realidade era proteger os ditos normais do convívio junto com os considerados não normais. Esses eram concebidos como ameaça a integridade moral e física do homem, portanto deveriam ficar longe dos olhos da sociedade.

Os avanços na área da medicina, na Idade Moderna, trouxeram interesse científico sobre a temática da deficiência. Embora, de forma ainda segregacionista inicia o atendimento educacional, principalmente aos filhos da elite. Todavia, o foco não era atender as especificidades dos deficientes e sim diminuir o incomodo causado por estes. Tal atendimento de princípio não ocupou espaço considerável, visto que as deficiências eram consideradas ainda como patologias, dessa forma os cuidados com deficientes continuavam

sobre os poderes da área da medicina. Denominada como a fase do segregacionismo institucional, hospitais e residências clínicas foram utilizados como espaço de educação especial.

A partir dos anos 60 e 70, começa uma reação contra as instituições segregacionistas surgindo movimentos favoráveis a desinstitucionalização desses espaços e a criação de outros menos restritivos. Inicia-se o atendimento aos deficientes em classes especiais dando início ao período denominado de integração.

Aspecto histórico e legal da educação especial no Brasil

No Brasil, a educação especial inicia-se no final do período denominado Brasil Colônia, inspirado nos modelos e ações europeus e norte-americanos, por iniciativa de alguns brasileiros que se mobilizaram na implementação de ações com a finalidade de atender pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Nessa época cria-se o Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, atual Instituto Benjamin Constant.

Em 1889, segundo (MAZZOTA,1996), existia seis instituições de ensino atendendo pessoas com deficiências físicas, auditiva e visual, porém os deficientes mentais permaneciam isolados em instituições psiquiátricas. Todavia em 1920, percebe-se um princípio de preocupação com os deficientes mentais por parte da Sociedade Pestalozzi. Posteriormente outros movimentos tornam iniciativas nessa direção de forma mais intensa. Tais movimentos resultaram no aparecimento de instituições especializadas no assunto de forma autônoma e filantrópicas, como as APAES (associações de Pais dos Excepcionais), que na atualidade continuam sendo uma das maiores instituições a prestar serviços educacional especializados as pessoas com deficiência intelectual grave.

Em 1993, por intermédio do Decreto Nº 914, Institui-se a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, assegurando as mesmas o pleno exercício dos direitos individuais e sociais. Todavia, tal política considera pessoa deficiente toda aquela que apresentasse em caráter

permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerasse incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A política de integração consiste em integrar as pessoas com necessidade educacional especial no ensino regular, por intermédio das classes especiais com bases em diagnóstico clínico e psicopedagógicos. “Segundo (MANTOAN, 1998), o princípio que orienta a política de integração é o da ‘normalização’, cujo pressuposto é a eliminação da segregação e da rotulação. Esse princípio possibilita as pessoas com necessidades especiais ter acesso ao ensino regular após ser considerada psicopedagogicamente educável.

Na fase da integração identificam-se duas formas de atendimento as pessoas com necessidades especiais: classes especiais, que atendem os menos comprometidos e escolas especiais que atendem casos considerados mais graves. O objetivo da política de integração seria proporcionar aos alunos com necessidades especiais a alcançarem um nível educacional que os propiciassem a frequentar a educação comum. Todavia, segundo MANTOAN, o que se viu nesses espaços muito mais do que oferecer oportunidades educacionais, esses serviram de espaço de discriminação socioeducacional.

Nos anos finais do século XX, houve avanços significativos com relação a atenção aos direitos das pessoas com necessidades de educação especial, culminando com a transição das políticas de integração para a da inclusão. Assim, o termo inclusão é tido como uma evolução da proposta de integração, visto que na inclusão, ao contrário da integração busca adaptar o ambiente físico e a adequação dos currículos e os procedimentos educativos com a finalidade de atender a diversidade do aluno. No Brasil, a educação inclusiva em vários documentos normativos legais, incluindo a Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Outros documentos de produzidos em encontros internacionais com o tema da educação especial como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, afirmam a necessidade de inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema comum de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB 11/02/2001, abre possibilidades de assegurar uma educação inclusiva e com qualidade na escola comum de ensino regular. Todavia, segundo (MANTOAN, 2010), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é que constitui uma grande alavanca impulsionadora da educação brasileira em favor da inclusão. Explicita que a instituição do documento abre novos horizontes educacionais ao romper com a possibilidade da educação especial substituir a escola comum e sim se entranha nos sistemas escolares desfazendo distorções que destituíram a Educação Especial do seu lugar próprio.

A Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traçou seus objetivos de forma esclarecedora contribuindo para que o ensino da escola comum reveja suas práticas e a reconstituir-se sob os princípios e valores da inclusão. Dentre os pontos positivos lançado pela Política de inclusão, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE – no qual é um serviço da Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimina as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). Assim, o AEE constitui suma importância para o ensino especial e comum exigida pela inclusão, ou seja, torna obrigatório que os sistemas escolares assegurem a matrícula de todos os alunos, independente das necessidades especiais que apresentem. No âmbito político isto requer à garantia de vagas no ensino regular para as diversidades de aluno, elaboração de projetos pedagógicos que se orientem pela política de inclusão e pelo compromisso com a educação escolar desses alunos.

Segundo (MORINA, 2010), a educação inclusiva é um processo que desafia às práticas de exclusão, portanto é uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e a participação de todo o alunado em um contexto educativo comum. Porém, questiona que a idéia de que todas as

peças têm direito de receber educação em um espaço educativo comum é importante, mas não o suficiente. Ressalta que é necessário que todos que estão envolvidos no processo têm obrigação de garantir uma educação de qualidade para todos e não continuar com a mentalidade exclusiva onde seleciona os melhores e os que mais precisam de atenção fica a mercê da sorte. A inclusão escolar tem de ter um olhar para a inclusão social, isso significa que é a educação tem de oferecer a todos os alunos oportunidades para que possam aproveitar suas potencialidades, desenvolver e avançar para sua plena realização como cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva desloca o foco antes centrado no aluno, para a escola. Todavia, para que esta se torne exclusiva é preciso reconhecer no seu interior a diversidade de diferenças individuais, físicas, culturais e sociais. Nesta, o aluno constrói conhecimento segundo as suas capacidades e expressam suas ideias livremente. “Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns”. (RAPOLI E MNTON, 2010).

Para MORIÑA (2010) educação inclusiva se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismo para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

A educação especial, antes segregadora, passa a ser inserida na educação geral, com a finalidade de que todos aprendam juntos com seus pares e que todos aprendam a conviver com as diferenças. Ao se articular com a escola comum, na perspectiva da inclusão ela busca evitar a dicotomia antes existente, na qual se propunha substituir a escola para os alunos que segundo a concepção excludente não correspondiam às exigências do ensino regular.

Dessa forma, a escola busca adequar-se por intermédio do seu projeto pedagógico, para atender de forma equitativa a todos, portanto, como relata

alguns autores, a escola inclusiva é um processo que desafia as práticas de exclusão e a escola comum está inserida nesse desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

LOCATELI, Adriana Cristina Dias. Fundamentos da Educação Especial. -São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Engler. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, V-5, Nº 1. (jan/jul) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CAPÍTULO V - UMA LEITURA DAS TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA APÓS A LEI 9394/96 (CRISTINA VIOTTO JANUÁRIO; DAYANE MIRANDA ROMEIRA; DIANA SILVA DE MELLO; SOLANGE BERNARDO BRITO DOS SANTOS; MARINÊS DA SILVA VARGAS)

UMA LEITURA DAS TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA APÓS A LEI 9394/96

Cristina Viotto Januário

Dayane Miranda Romeira

Diana Silva de Mello

Solange Bernardo Brito dos Santos

Marinês da Silva Vargas

RESUMO:

Este artigo é o resultado de uma pesquisa sobre inclusão após análise bibliográfica e análise de práticas de inclusão descritas à luz de teorias inclusivas e da legislação em vigor. A tipologia da pesquisa é a revisão bibliográfica. As conclusões encontradas na análise das práticas bibliograficamente descritas foram as dificuldades que se tem ainda sobre o que se entende por inclusão na prática apesar de ser um tema já tão debatido e de não haver mais tempo para protelação nas ações da escola sobre a temática. O artigo não nega as ações e avanços já obtidos, todavia percebe-se que ainda há muito a fazer e discursos a serem reescritos. A pesquisa finaliza considerando que as práticas inclusivas à luz da compreensão das práticas docentes ainda estão direcionadas para pessoas com deficiências e não para uma escola onde o ensino seja para todos desde a pessoa sem deficiência até a uma com dificuldade de aprendizagem seja ela, a dificuldade, qual for.

Palavras-chave: Inclusão. Prática Docente. Escola. Legislação.

Introdução

Este artigo é uma revisão bibliográfica de teorias e práticas sobre a temática da inclusão. Tem a pretensão de instigar uma reflexão sobre as ações inclusivas à luz da legislação e de alguns pressupostos teóricos e práticas relacionadas.

O debate sobre a inclusão e a lei LDB, lei 9394/96 já completaram mais de 20 anos. No artigo 58 em sua essência e significância, interpretado de acordo com a lei maior a Constituição Federal de 1988 referenda a inclusão como uma prática obrigatória a partir do entendimento dos princípios e fins da educação e do direito de acesso e permanência na escola.

A legislação brasileira também entende que a inclusão não é só na escola. Todavia o trabalho se delimita ao âmbito e práticas escolares seja

educação básica ou não. Em um editorial na revista Inclusão de outubro de 2005 há uma reflexão inquietante que após onze anos ainda é a mesma e que vale citar, Ferreira (2005, p.40):

Hoje, as expressões educação inclusiva, inclusão, necessidades especiais, fracasso escolar, evasão, formação de professoras, gestão participativa, projetos educacionais, e muitas outras fazem parte de nosso dia a dia trabalhando no sistema educacional brasileiro. Aonde quer que eu vá, seja em São Paulo ou no sertão Pernambucano, escuto sempre as mesmas preocupações, os mesmos dilemas e os mesmos desafios. Poderia dizer também que escuto as mesmas queixas e dúvidas.

Isso em 2005. Ao observar o dia a dia das escolas atualmente ouvimos os mesmos dilemas, sobre a compressão da inclusão, as lamúrias do discurso da não preparação ou capacitação, "não estou preparada (o)" ou a estereotipar, ou seja, é melhor esse ou aquele estudante ser diagnosticado como deficiente porque assim não se perde tempo com ele, não aprende mesmo, manda para a sala do AEE (Atendimento educacional especializado, as salas de recursos multifuncionais), que na verdade tem a função de estimular, ser parceira do professor, porém, não lhe cabe alfabetizar ou mediar conteúdos curriculares. Há um discurso estabelecido, arraigado e que precisa ser reescrito.

Percebe-se assim que no entendimento de muitos educadores a inclusão veio para excluir, pois muitas vezes o aluno que foi incluído com a matrícula, na sala de aula fica inoperante, de lado. Apesar, de não rara as vezes, perceber que as escolas como instituição e os sistemas de ensino, ainda tem muito a fazer tanto em acessibilidade como em equipamentos adequados, formação continuada com um olhar não só para deficientes mas para todos, sabe-se por experiência que cada educador precisa também querer ter uma prática, um olhar voltado para as especificidades de cada estudante.

Não é possível, não há milagres é preciso uma ação educativa de amor, desejo de entender que o outro na sua diferença enriquece quem educa. Que a alegria de ensinar e aprender como preconizou Paulo Freire seja de fato referendado na ação educativa escolar. De acordo com o educador "A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode se dar fora da procura, fora da boniteza e da alegria" (FREIRE, 1996, p.160).

Cada vez que um professor e a escola como equipe multidisciplinar se dedicam, no tempo de planejamento à adaptação de currículos para que todos tenham acesso de qualidade ao jeito de entender o mundo destes estudantes os quais precisam um pouco mais da ação mediadora do professor e da escola como um espaço privilegiado de disseminação de saberes democráticos, estarão, com certeza, dando um passo contra a protelação de direitos de vida plena desses estudantes.

Desenvolvimento

Apesar de um assunto já muito discutido ainda é preciso entender o que é inclusão. Segundo a legislação em vigor inclusão na escola básica é dar mais subsídios de acesso ao conhecimento a quem precisa mais e dar menos a quem precisa menos. Então se deve gastar mais com quem ao longo da nossa história ficou à margem da sociedade como alguém não produtivo para assim ele se tornar um cidadão pleno com todos os acessos e direitos de qualquer outro cidadão à produtividade e a realização pessoal e profissional, ou seja, viver com dignidade.

Compreende-se que a inclusão não é somente para um grupo, apesar de que por muito tempo deficientes intelectuais e outras deficiências múltiplas e de aprendizagem estavam totalmente fora do ensino regular pois, como não aprendiam se excluam, ou estavam em outros ambientes segregados dos demais estudantes. Mantoan (2009, n.p.) lembra que: “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Para a educadora, na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.

Para as crianças com dificuldades de aprendizagem que não aparecia visivelmente sua deficiência construam-se um estereótipo de incapacidade com contínuas reprovações e com isso muitas crianças hoje adultos “normais” também abandonaram seus estudos em décadas passadas.

Nessas últimas décadas após a lei 9394/96 um amplo debate surgiu para discutir o significado de inclusão. Ficando evidenciado que a exclusão é

muito mais presente do que se pensa. Ao longo dos tempos vimos à margem todas as minorias as quais foram excluídos da nossa história: deficientes, negros, pessoas em situação de extrema pobreza, índios, quilombolas. E na escola, objeto desta discussão e pesquisa, também se refletiu isso ficaram excluídas todas as diferenças, sejam elas de aprendizagem, cor, credo, orientação sexual, deficiências, etc. observando comprovadamente que o direito a uma educação significativa e inclusiva foi negado para muitos.

Ao observar a presença dessas minorias no cenário brasileiro é muito simples de perceber, é só constatar quantos políticos ou autoridades públicas, temos em nosso país, que são negros ou índios, mulheres, deficientes e outras minorias, ficando o rastro quase institucionalizado da negação de direitos, porém muito visível as práticas excludentes.

A escola, incluindo a educação básica e a superior, foi conclamada através da legislação, triste realidade, chegando a nos lembrar do velho ditado popular: “se não vai pelo amor, vai pela dor” a ser o espaço privilegiado da inclusão por isso a expressão tão profunda na sua significância: “uma escola para todos”, e isso não tem mais discussão é preciso acontecer, assim preconiza a lei, e o discurso do despreparo deve ser reformulado.

O artigo 208 da Constituição brasileira determina que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, condição que também consta no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A lei também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparadas para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança portadora de deficiência não deve ter de procurar uma escola especializada. Ela tem direito a cursar instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela.

Hoje após a constituição de 1988, as declarações internacionais, as quais o Brasil participou é signatário, vinte anos de LDB, não é possível mais entender que inclusão, ou educação especial, seja apenas dar aulas para deficientes, ou colocar um aluno na sala de aula e dizer que é uma ação inclusiva. Tem que haver mudança clara na vida do educando.

Inclusão deve ser compreendida como uma vivência conforme diz a declaração de Salamanca, que aconteceu antes da LDB, Lei9394/96 de Diretrizes e Bases, para a Educação no Brasil. Nessa declaração, logo na introdução, aborda-se os Direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e aponta os princípios de uma ação pedagógica focada no estudante e apresenta “nortes”, direções e recomendações da estrutura de ação em educação inclusiva, enfatiza um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais. As orientações e sugestões para ações em nível nacional são organizadas nos seguintes tópicos:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994)

Após essa declaração a qual o Brasil é signatário, já dito anteriormente, mas devido a preponderância do tema vale lembrar, temos a lei brasileira LDB 9394/96, que em vários momentos em seus artigos referenda essa educação mais igualitária, ou seja, está intrínseco na sua redação uma educação para todos:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996, n.p.)

O primeiro princípio já explica com clareza igualdade de condições, diferente do que se entende e ou se finge não compreender, é investir mais

para quem ficou esquecido, não se pode dar a mesma aula para o “fulano” que é ótimo em aprendizagem e para o “sicrano” que tem deficit de aprendizagem. Isso é desrespeito a lei, é crime. É preciso dar mais instrumento para quem tem dificuldades atingir seu patamar de cidadania.

Quanto a Educação Especial, já atualizado com a redação dada pela lei 12.796/2013 utilizando deficiências específicas. Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo o professor Hamurab (2013), pode-se entender essas deficiências como todas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes independentes quais forem as deficiências que vai desde uma deficiência simples, mecânica a uma deficiência orgânica ou congênita.

A lei ainda prossegue no mesmo artigo 58, afirmando que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996, p. 01).

Neste instante vale ressaltar quais foram os avanços na prática para esse inciso: Temos as salas multifuncionais, os alunos com deficiências sem exceção estão matriculados nas escolas, o ministério da educação ofereceu formação continuada e específica de especialização para os professores das salas multifuncionais, materiais equipamentos foram enviados para escola, profissionais e ensino em libras e outros.

Há, não se pode negar, uma conscientização de muitos pais de exigir uma escola que atenda as especificidades de seu filho. Todavia, nem todas as escolas têm as salas multifuncionais, o MEC não conseguiu, ainda, dar especialização na área para todos os professores, requerendo que quem desejar formação na área precise pagar sua especialização.

Os alunos com deficiências múltiplas precisam de um novo profissional que aparece com mínima formação, basta olhar no edital de um concurso público para cuidadores, e os salários desses cuidadores não atraem. Mas é preciso família, escola e comunidade se unirem. Na perspectiva da educação

inclusiva, a parceria entre a família e a escola, assim como entre a família e a vizinhança, é necessária ao desenvolvimento das potencialidades desses indivíduos para a busca de melhores resultados e para a plena participação na sociedade. (PEDROSO, CAMPOS e ROCHA,2013, p.20)

Segundo o artigo 59 da mesma lei, já com a nova redação de 2013, será assegurado a esses estudantes

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. [...]

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996, p. 01)

Agora analisando a legislação, nossa memória quase que automaticamente chega até as escolas de educação básica e também ao currículo das universidades e vislumbra-se que a lei é o ideal, é perfeita, o legislador teve boa intenção, porém o que temos como prática ainda é muito pouco diante da significância do que é a inclusão e do que é escola para todos.

O portal Educação em uma matéria sobre inclusão de 2011, enfatiza que inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.

O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental, todavia novas legislações já apontam para uma leitura maior, ressignificando esse termo para um entendimento mais

global. Ainda afirma que se recusar a ensinar crianças e jovens com deficiências é crime: todas as instituições devem oferecer atendimento especializado, é o ideal e a obrigatoriedade de incluir em salas comuns todos os alunos.

Em 2006 o MEC (Ministério da Educação) lançou uma revista com artigos de práticas inclusivas, isso após dez anos da LDB, em sua apresentação tem uma descrição que convém citar:

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. Este paradigma requer um processo de ressignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais com um caráter fixo e um lugar, preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação. (ALVES; BARBOSA, 2006, p.15)

A apresentação aborda que precisa que todos sejam coparticipante dessa prática, conclama o currículo, a escola como um todo enquanto estrutura, os professores como agentes também do processo e finaliza sua apresentação com votos de esperança, levando a crer que há por parte do departamento de educação Inclusiva do MEC (Ministério da Educação) a certeza de que os desafios são grandes.

Um município do interior do Maranhão apresentou um programa de políticas públicas que apresenta um entendimento amplo de inclusão segundo o artigo que descreve essa política:

Sob as Diretrizes da Política Nacional de Educação Inclusiva, a Secretaria Municipal de Educação - SEMED vem refletindo desde 2003 ações que respondem ao objetivo transversal de desenvolver as habilidades leitoras e escritoras nos alunos dos níveis e modalidades de ensino. No entanto, este movimento não reduz as outras ações político-pedagógicas anteriores (a qualidade de ensino na rede), mas amplia as possibilidades de resultados destas ações ao desfragmentá-las, por meio do Programa Diretor da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, o “São Luís te quero lendo e escrevendo” (MELO; FERREIRA, 2006, p.27)

Nesta coletânea, aparecem mais de vinte experiências de inclusão de vários estados, porém poucas voltadas para políticas públicas, exemplo disso o artigo publicado nessa coletânea daqui do Município de Ji-Paraná RO uma cidade do interior onde se descreve experiências e trata de desafios, “Caminhos Percorridos pela Educação Inclusiva em Ji-Paraná/RO”. Da região sul “Práticas Educacionais Inclusivas em Sala de Aula no Município de Caçador/SC”, na região sudeste Experiências Educacionais Inclusivas no Município de Passos/MG e assim caminhou até 2006 com experiências isoladas nas secretarias de educação municipais, constatado nessa coletânea do MEC de 2006.

Por parte do governo federal foram determinadas através de lei a criação das salas de recursos com o apoio direto do departamento de inclusão do MEC. Essas salas têm por objetivo segundo o ministério da educação:

Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotações matriculadas em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. [...] Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE. (MEC, 2016, n.p.)

Houve outros programas através de suas devidas secretarias conforme descrito no Portal do ministério da educação. Com base no PPA 2012-2015 – o Plano Mais Brasil – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) implementa políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas. Nessa perspectiva, destacam-se as atuais Resoluções do Conselho Nacional de Educação, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais, orientando a construção de um sistema educacional inclusivo, que garanta o direito universal de acesso à escolarização e assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a

valorização da diversidade humana, social, cultural, ambiental, regional e geracional. (BRASIL, 2016)

Foram criadas 17.500 salas de recursos antes de 2011 e atualizadas com novos materiais, 15.000 de 2011 a 2014. Também em 2012 foi criado um manual de orientações sobre a implantação das salas multifuncionais (BRASIL, 2016.).

Sabe-se que diante de milhares de escolas públicas que o país possui ainda faltam muitas ações dessa natureza, incluindo a formação dos professores, conscientização das famílias, políticas de parceria escola e saúde pública, mais investimentos principalmente nas escolas onde os dados do IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) mostraram baixo rendimento dos estudantes.

Não se pode negar que muitos estudantes foram incluídos, claro com muitos erros de entendimento sobre inclusão, porém com muitos acertos também, se não tentar não saberemos os resultados. É preciso caminhar e construir essa prática.

E nessa tentativa a escola e os sistemas educacionais não podem esquecer que na diferença se constrói saberes legítimos e significativos. É bom lembrar sempre que:

Dentro da perspectiva inclusiva, é necessário que você reconheça que os alunos não aprendem todos da mesma maneira, por meio dos mesmos conteúdos, das mesmas estratégias, dos mesmos recursos e ao mesmo tempo. Dessa maneira, a escola não pode se organizar em função de um aluno padrão apenas, mas da diversidade de alunos que têm acesso a ela. O currículo nos permite tomar decisões sobre “o que, quando e como ensinar” e “o que, como e quando avaliar”. Tais decisões devem ser, no caso da educação inclusiva, orientadas pelas necessidades e especificidades dos alunos em cada situação de ensino, além de serem assumidas no Projeto Político-pedagógico da escola com o apoio das adaptações curriculares. (PEDROSO, CAMPOS e ROCHA, 2013, p.17)

Ser diferente e ser respeitado por isso, exterminar a homogeneidade nas salas de aula, buscar caminhos que resultem numa educação digna onde a pessoa humana seja respeitada na sua plenitude. No memorial de Boaventura há a seguinte citação:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Quem sabe, oxalá, que todos os estudantes, independentemente de sua especificidade, vivenciassem de fato, na prática, todos os pressupostos do acesso à cidadania de acordo com suas peculiaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é resultado de uma revisão de algumas literaturas sobre o tema conforme a legislação. Não houve a pretensão de convencer o leitor de que a escola inclusiva é uma realidade perfeita e de sucesso, buscou-se através de pressupostos teóricos e legais, mostrar que não há a opção de não incluir, porém, precisa acontecer uma prática mais significativa e congruente.

Os estados e municípios precisam ter uma política inclusiva, ações isoladas morrem antes mesmo de colher os frutos devido aos vícios políticos nos quais vivemos no Brasil.

Ficou claro que houve grandes avanços, o Governo Federal através do Ministério da Educação tem demonstrado grande interesse em cada vez mais caminhar em busca de ações inclusivas.

É possível visualizar esses avanços ainda que sejam poucos diante da magnitude desse país. A escola sozinha não faz inclusão tampouco sem ela a inclusão acontecerá (parafraseando, Paulo Freire). Muitas práticas inclusivas já existem, todavia, a maioria deles não estão atreladas a políticas públicas, correndo o risco que no emaranhado politiquês se perca os poucos avanços alcançados.

Faz-se necessário uma compreensão maior da inclusão na prática educativa pois é perceptível que ainda existem alunos com dificuldades de aprendizagem excluídos condenados ao fracasso escolar. Compreender a deficiência como algo mais amplo do que uma deficiência mental ou intelectual como quem nomear, não se pode tratar uma criança que culturalmente ficou à margem

dos conhecimentos herdados pela humanidade da mesma forma do estudante que teve sempre um aparato de saberes disponível.

E por fim, na prática inclusiva faz-se necessário lembrar que há outros saberes e que o saber da escola pode não ser apenas o saber que um estudante precisa para desbravar as dificuldades em se inserir na sociedade dos sonhos. Uma sociedade Justa fraterna e solidária.

Os educandos têm outros saberes necessários para a vida por isso as diferenças devem ser o ponto de equilíbrio para os ajustes necessários a uma educação libertadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. de O.; BARBOSA, K. A. M. Experiências educacionais inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas>>. 17/05/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF, Ministério da Educação. 1996.

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas>. Acesso em 16/05/2016.

FERREIRA, W. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Inclusão - Revista da Educação Especial, out/2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao3.pdf> acessado em 16/04/2016.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Mareia Teresa Eglér. <http://www.bengalalegal.com/blog/?p=32> entrevista em 21 de fevereiro de 2009. Acessado em 16 de abril de 2016.

MELO, H. A.; FERREIRA, R. da S. A Experiência da Gestão Político-Administrativa da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA Educação inclusiva. 2. Práticas educativas I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de

Educação Especial.2006.

MESSEDER, Hamurabi 31 mar. 2013. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=oKjLg9vxXI8> Vídeo enviado pelo autor.
Acesso em: 17 abr. 2016.

SANTOS, B. de S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.



ISBN 978-65-87333-19-9